UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FCHS

Relações Internacionais

Ezequiel Barbosa dos Santos
RA: 191222828

A China e as instituições paralelas na ordem internacional: como o Novo Banco de Desenvolvimento representa os propósitos chineses?

Franca
Setembro / 2024

RESUMO

Este trabalho investiga a importância da China na ordem internacional contemporânea, considerando que essa ordem está passando por significativas transformações. Utilizando o conceito liberal de ordem internacional, o estudo aborda a China como um ator emergente, destacando sua atuação por meio de instituições, mecanismos e estruturas paralelas. Esses mecanismos incluem instituições e arranjos institucionais estabelecidos ou patrocinados pela China, que servem como alternativas às estruturas existentes lideradas por nações ocidentais. Diversas instituições, mecanismos, acordos e estruturas promovidos pela China exemplificam essa abordagem. Para ilustrar essa dinâmica, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), criado pelos países membros do BRICS, foi escolhido como objeto de análise. Este estudo busca compreender, através de uma metodologia que combina um estudo de caso focado no NDB e uma revisão bibliográfica, como a construção de mecanismos institucionais paralelos integra a política externa chinesa atual e qual é sua influência sobre a ordem internacional vigente.

Palavras–chave: China, ordem internacional, política externa, Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), BRICS, instituições internacionais

ABSTRACT

This paper investigates the importance of China in the contemporary international order, considering that this order is undergoing significant transformations. Using the liberal concept of international order, the study addresses China as an emerging actor, highlighting its actions through parallel institutions, mechanisms and structures. These mechanisms include institutions and institutional arrangements established or sponsored by China, which serve as alternatives to existing structures led by Western nationsVarious institutions, agreements, and frameworks promoted by China exemplify this approach. To illustrate this dynamic, the New Development Bank (NDB), created by the BRICS member countries, was chosen as the object of analysis. This study aims to understand how the construction of parallel institutional mechanisms integrates with current Chinese foreign policy through a methodology that combines a case study focused on the NDB and a literature review, exploring its influence on the prevailing international order.

Keywords: China, international order, foreign policy, New Development Bank(NDB), BRICS, international institutions

SUMÁRIO

1. A ordem internacional liberal no século 21 e o ascenso chinês **1**

1.1 Sistema internacional e ordem internacional 1

1.2 O posicionamento chinês dentro da ordem internacional: desafio, conformidade ou algo além? 8

2. A China e as instituições paralelas na ordem internacional **12**

2.1 Como a China se relaciona com as instituições internacionais? 12

2.2 A atuação da China no sistema econômico mundial 16

3. O NDB representa uma instituição paralela da China? **19**

3.1 O Novo Banco de Desenvolvimento - fundação e propósito.

3.2 O protagonismo Chinês no NDB

3.3 O NDB como instituição paralela na ordem internacional

Conclusão **30**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **32**

1. A ordem internacional liberal no século 21 e o ascenso chinês

1.1 Introdução

Desde o fim da Guerra Fria, a China tem crescido de forma emblemática. Em cerca de 30 anos, a China se tornou a 2ª maior economia mundial, e atualmente detém cerca de 18% do PIB global. O PIB chinês entre 1990-2021 foi de $ 360 bi para US$17.73 trilhões, um crescimento de 4925% [1]. O desenvolvimento econômico chinês é um fenômeno peculiar na história mundial, devido à sua rapidez e escala, e tem importantes consequências políticas, o que fez com que nas últimas décadas o país se tornasse alvo de debates na literatura acadêmica sobre política internacional. Em especial, muito da discussão corresponde à expectativa de que uma ordem internacional mais interdependente, complexa e possivelmente regionalizada venha a se formar no século 21.[2][3][4] Nesta ordem, o centro do poder global tem se deslocado lentamente para fora dos EUA, diminuindo sua influência e primazia dentro do sistema internacional, ao mesmo tempo em que a China cresce rapidamente.

Considerando esse contexto, este trabalho tem como objeto de interesse a atuação da China visando alterar a ordem internacional vigente, em particular quando busca moldá-la por meio da construção de mecanismos, instituições e estruturas alternativas a ordenamentos semelhantes aos já existentes, criados e mantidos pelas potências ocidentais. Tal fenômeno será explicado em maiores detalhes mais adiante, por ora basta dizer que é possível observar que a China promove a criação, manutenção e financiamento destes mecanismos e arranjos institucionais, assim como instituições propriamente ditas[5], e que é importante investigar os propósitos pelos quais a China promove esta prática. Como recorte, será analisado o caso do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), fundado em 2014 pelos BRICS - sendo a China responsável pela maior parte de seu financiamento - como uma instância específica e recente deste fenômeno. O intuito é entender como o NBD representa o posicionamento estratégico Chinês no âmbito econômico da ordem internacional.

---

[1] World Bank GDP (Current US$) Acesso em: 17 de Out. 2024 Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=NY.GDP.MKTP.CD&country=#>

[2] ACHARYA, Amitav, After Liberal Hegemony: The Advent of a Multiplex World Order, Ethics & International Affairs, 2017/09/08. ed. v. 31, n. 3, p. 271–285, 2017, p. 277.

[3] IKENBERRY, G. John, The end of liberal international order?, **International Affairs**, v. 94, n. 1, p. 7–23, 2018, p. 8.

[4] KUPCHAN, Charles A. **The Normative Foundations of Hegemony and The Coming Challenge to Pax Americana**. 2014, p. 222

[5] HEILMAN, Sebastian; RUDOLF,Moritz; HUOTARI, Mikko; BUCKOW, Johannes. China's Shadow Foreign Policy: Parallel Structures Challenge the Established International Order. **China Monitor.** Number 18, October 28, 2014, p. 1

Além disso, a investigação será orientada principalmente pela noção liberal de ordem internacional, buscando primeiramente esclarecer alguns conceitos a serem utilizados, sendo os principais destes: sistema internacional, ordem internacional e zonas de influência. Também serão discutidos alguns aspectos da atual ordem internacional, assim como o posicionamento estratégico chinês dentro dela.

No segundo capítulo, se buscará trazer uma visão geral sobre o uso e estabelecimento – por parte da China – de instituições, mecanismos e estruturas dentro da ordem internacional que servem como alternativas a arranjos ocidentais semelhantes. O enfoque é trazer uma visão panorâmica da discussão, de forma a familiarizar o leitor com o debate, seus principais aspectos e sua relevância. Tal discussão será necessária para a compreensão do terceiro capítulo, no qual será empreendida uma análise , cujo objeto será o Novo Banco de Desenvolvimento, criado pelos BRICS e sediado na China. Esta análise tem como propósito trazer maior compreensão sobre como a China atua por meio destes mecanismos paralelos, em geral, e como esta política se materializa no caso do NBD, especificamente.

1.2 Sistema internacional e ordem internacional

Nesta seção, serão definidos dois conceitos importantes para a compreensão da discussão proposta. Estes conceitos são: sistema internacional e ordem internacional , além de algumas implicações provenientes desta última. Sobre o conceito de sistema internacional, é importante salientar que diferentes correntes teóricas lhe atribuem diferentes graus de importância, sendo este central para as teorias de relações internacionais, em especial para as teorias realistas.

Sendo assim, o primeiro conceito a ser apresentado é o de sistema internacional. Inicialmente, será utilizada a definição de Aron, que afirma:

> Sistema Internacional é o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral. São membros integrantes de um sistema internacional as unidades políticas que os governantes dos principais Estados levam em conta nos seus cálculos de forças.[6]

Para Aron, os Estados — especialmente as grandes potências — são as unidades centrais do sistema internacional. Ele argumenta que essas potências exercem uma influência predominante nas dinâmicas globais, moldando a estrutura do sistema em torno das relações de força. Aron também enfatiza o caráter anárquico do sistema, onde os Estados competem por poder sem uma autoridade superior para regulá-los.

Em contraste, autores de outras correntes oferecem definições mais amplas de sistema internacional. Hedley Bull, um representante da Escola Inglesa, define o sistema internacional como um conjunto de Estados que interagem suficientemente entre si, influenciando reciprocamente suas decisões. Em suas palavras:

> Um sistema de estados (ou sistema internacional) se forma quando dois ou mais estados têm suficiente contato entre si, com suficiente impacto recíproco nas suas decisões, de tal forma que se conduzam, pelo menos até certo ponto, como partes de um todo[7].

Bull também comenta sobre a definição de Morton Kaplan, que popularizou o conceito de "sistema internacional" nas décadas de 1970 e 1980. Segundo ele, Kaplan usou o termo para tentar explicar e prever o comportamento internacional, vendo os sistemas internacionais

---

[6] ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações.** p. 153. Editora Universidade de Brasília. 2002.
[7] BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: Um estudo da ordem na política mundial.** p. 15, Editora Universidade de Brasília, São Paulo, 2002

como um tipo específico de "sistema de ação". Bull, por sua vez, usa o termo apenas para descrever uma constelação específica de interações entre Estados.[8]

O objetivo aqui é acentuar a noção de sistema como um conjunto. Postas à parte as especificidades de uma ou outra corrente teórica, o sistema internacional pode ser caracterizado como um conjunto de agentes políticos que interagem em âmbito internacional, sendo evidente que os autores do realismo clássico o Estado tem relevância acentuada, quase que exclusiva, como ator no sistema internacional. Outras correntes, como o neorrealismo e o neoliberalismo tendem a dar maior atenção a outros tipos de atores. Por exemplo, os liberais incluem neste rol todos os Estados, assim como instituições internacionais, instituições nacionais, corporações, a sociedade civil e demais agentes que possam interagir politicamente no sistema internacional.[9] Este ponto de vista parece mais condizente com a realidade observada atualmente no sistema internacional.

Um segundo conceito é fundamental para este trabalho: ordem internacional. Serão trazidas aqui apenas duas definições, por Hedley Bull e G. John Ikenberry, e julga-se que estas serão suficientes para fundamentar a discussão que se segue. Este trabalho será orientado principalmente pela definição de ordem internacional dada por Ikenberry, por ser um autor liberal e que discute amplamente a ordem atual, a qual chama de ordem liberal internacional. Primeiramente, a definição de Hedley Bull, que afirma: "Por 'ordem internacional' quero referir-me a um padrão de atividade que sustenta os objetivos elementares ou primários da sociedade dos estados, ou sociedade internacional"[10]. Já Ikenberry traz a seguinte definição:

> [O termo] ordem internacional refere-se a arranjos estabelecidos que definem e guiam as relações entre estados. Guerra e conflito entre estados – isto é, desordem – se transformam em ordem quando regras e arranjos estáveis são estabelecidos por meio de acordo, imposição, ou por outros meios. Existe ordem quando padrões emergem das relações entre estados. Estados operam de acordo com um conjunto de princípios organizacionais que definem os papeis e termos das suas interações.[11]

Portanto, a ordem internacional refere-se a um conjunto de regras, arranjos e padrões de relação estabelecidos entre os atores do sistema internacional. Se existem regras, isto implica

---

[8] A expressão "sistema internacional" tem estado na moda entre os estudiosos das relações internacionais dos anos 1970 e 1980 devido principalmente aos trabalhos de Morton A. Kaplan. (...) o modo como Kaplan emprega essa expressão não é diferente do nosso, mas o que distingue a sua obra é a tentativa de usar o conceito de sistema para explicar e prever o comportamento internacional, especialmente pela consideração dos sistemas internacionais como um tipo especial de "sistema de ação"." *No nosso caso, porém, nada disso pretendemos, e a expressão é usada apenas para identificar um tipo especial de constelação internacional*. (ibid.)

[9] MINGST, Karen, **Essentials of International Relations,** 2nd e.; p. 116-117, 2001

[10] BULL, 2002, p. 13

[11] IKENBERRY, **Power, order, and change in World Politics,** p. 85, 2014

também um determinado nível de consenso entre estes. Este consenso, por sua vez, implica algum grau de legitimidade. Ou seja, tais regras só fazem sentido se há (em algum nível) consenso em seguí-las, e se são seguidas, a elas está associado algum nível de aceitação e portanto, legitimidade.

Dessa maneira, a ordem internacional concede forma às relações entre as unidades políticas e atores do sistema internacional, através de regras e modelos normativos, e dela também emergem instituições, acordos e arranjos que irão moldar os padrões de comportamento e relação presentes no sistema. Tal ideia será fundamental para compreender a atuação internacional da China, dentro do escopo definido para este trabalho: um dos argumentos sendo o de que a China busca moldar a ordem internacional de acordo com seus interesses, através de estratégias a serem discutidas nos capítulos posteriores.

A ordem internacional atual possui um caráter específico. É comumente chamada de *ordem liberal internacional*, se referindo à configuração atual da ordem internacional, em oposição à noção geral de ordem internacional. Ikenberry define esta ordem da seguinte maneira:

> (...) A ordem liberal internacional pode ser vista como um tipo distintivo de ordem internacional. (...) é definida como uma ordem aberta e moderadamente baseada em regras [*loosely rule-based*]. Seu caráter aberto se manifesta quando os estados negociam e trocam com base no ganho mútuo. Regras e instituições operam como mecanismos de governança – e elas são ao menos parcialmente autônomas em relação ao exercício de poder estatal. (...) Em sua forma ideal, a ordem liberal internacional se sustém por meio do consenso ao invés do equilíbrio ou do comando.[12]

Esta ordem foi construída gradualmente sob a liderança internacional do Reino Unido e, posteriormente, dos Estados Unidos, este último tendo predominado após o fim da Segunda Guerra mundial, sempre buscando estabelecer instituições, arranjos políticos e econômicos que se alinhem com seus princípios e visão de mundo. Com efeito, surge então uma ordem que se baseia em uma narrativa de comércio livre, um forte suporte à disseminação da democracia como forma de governo, assim como a implementação e difusão de diversas instituições internacionais relativamente abertas e autônomas, e que projetam estas mesmas regras e padrões normativos de caráter liberal. Como maior exemplo temos a Organização das Nações Unidas (ONU), seguida de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial, entre outras.

---

[12] IKENBERRY, Liberal Leviathan, p. 18, 201

É característico desta ordem a existência de bens públicos internacionais, cujo financiamento parte das nações ocidentais, especialmente, dos EUA, que carregam a responsabilidade da maior parte dos gastos em várias dessas instituições, incluindo a ONU.[13]

Um outro ponto que — embora não sendo o enfoque principal deste trabalho — pode ajudar a entender o posicionamento Chinês na atual ordem internacional, se refere às zonas de influência. Tal tema é abordado por Charles A. Kupchan, que traz importantes perspectivas em seu artigo intitulado *The Normative Foundations of Hegemony and The Coming Challenge to Pax Americana*. Kupchan busca demonstrar que por trás de uma hegemonia — que é a predominância de um Estado dentro do sistema internacional, como é o caso dos EUA após a Segunda Guerra Mundial — há a sustentação por poder material, mas que há também um padrão normativo, este último sendo o enfoque de Kupchan[14]. Isso porque o autor considera que o campo das relações internacionais negligencia este aspecto normativo, raramente discutindo-o. Kupchan trabalha com a ideia de que grandes potências, tendem a projetar na ordem internacional as regras, instituições e padrões que regem o funcionamento interno daquela nação:

> Este artigo defende a ideia de que as normas que orientam as ordens hegemônicas são, com frequência, derivadas da ordem doméstica da própria metrópole. (...) *Por certas razões, metrópoles exportam as regras que prevalecem no plano doméstico para suas zonas de influência*. Elas imprimem no exterior as normas que dão forma às suas ordens domésticas porque hegemonias, assim como estados unitários, são entidades sociais, não apenas instrumentos materiais de controle; elas refletem os valores e normas do próprio hegemon, assim como seu poder preponderante. Tais normas são as fontes de ordem e força na metrópole e se considera que são apropriadas para servir a mesma função na periferia. Ademais, as normas que providenciam ordem no plano doméstico também são aquelas que as elites metropolitanas conhecem e praticam. Essas elites, naturalmente, trazem consigo estas normas quando exercem seu poder fora da metrópole, trazendo desta forma as preferências sociais da metrópole para os estados periféricos.[15]

Note que grifo a afirmação de que *as metrópoles exportam aspectos de sua ordem doméstica para suas zonas de influência*. Assim como a ideia de que potências hegemônicas mantêm zonas de influência, Kupchan acredita também que atualmente o mundo caminha rumo a uma ordem interdependente e globalizada.[16] Devido a estas características, Kupchan enxerga o prospecto de que as hegemonias passem a ser cada vez mais regionalizadas,

---

[13] De acordo com o *think-tank* conhecido como Conselho de Relações Exteriores (*Council of Foreign Relations*), cerca de um terço do orçamento da ONU no ano de 2022 foi financiado pelos EUA.
Fonte: Funding the United Nations: How Much Does the U.S. Pay? **Council on Foreign Relations** Acesso em: 17 de Out. 2024
Disponível em:<https://www.cfr.org/article/funding-united-nations-what-impact-do-us-contributions-have-un-agencies-and-programs>

[14] KUPCHAN, 2014, p. 225

[15] ibid. p. 226, grifo meu

[16] ibid. p. 222

projetando sua ordem interna sobre suas zonas de influência. De acordo com esta ideia, a ordem internacional atual tende para a formação de hegemonias regionais, interdependentes entre si.

Esta última ideia é também de especial interesse, pois se conecta com as observações deste trabalho a respeito do posicionamento Chinês em sua política externa, que será melhor detalhada mais adiante.

Em suma, os pontos destacados do trabalho de Kupchan têm uma relação direta com a discussão a ser empreendida neste trabalho. Isto porque a China aparenta de fato buscar a projeção de aspectos de sua ordem interna sobre a ordem internacional, assim como se observa atualmente uma ordem internacional globalizada e interdependente, na qual a China desempenha um papel importante. A ideia de *zonas de influência* sobre as quais se projetam os padrões normativos internos de uma potência também é relevante, visto que está intimamente ligada com as observações feitas no capítulo 2. Nele, a discussão circunda a atuação da China na ordem internacional por meio do suporte e da criação de *instituições, estruturas e mecanismos* alternativos àqueles mantidos pelo Ocidente. Esta parece ser uma instância específica e clara de um comportamento chinês que reflete precisamente as observações de Kupchan mencionadas anteriormente.

1.3 O posicionamento chinês dentro da ordem internacional: desafio, conformidade ou algo além?

Ao longo das últimas décadas, o posicionamento da China dentro da ordem internacional tem sido objeto de intenso debate acadêmico. Enquanto alguns defendem a ideia de que a China busca uma ruptura com a ordem liberal, a literatura aponta predominantemente para uma postura de manutenção com ajustes estratégicos.[17][18] A análise da política externa chinesa revela a adoção de duas doutrinas distintas ao longo dos últimos 35 anos, conforme discutem os autores David Lampton, Yan Xuetong, assim como Shiping Tang. Xuetong oferece uma discussão abrangente sobre essas estratégias, definindo-as e situando-as no tempo de forma detalhada. Segundo Xuetong, a primeira dessas estratégias é denominada *keeping a low profile* (KLP) (mantendo um perfil baixo), caracterizada por moderação e cautela, evitando a liderança, a expansão ou a hegemonia, e comprometendo-se com o desenvolvimento pacífico. A segunda estratégia, adotada a partir de 2013 sob a liderança de Xi Jinping, é chamada de *striving for achievement* (SFA) (busca pelo sucesso), marcando uma política mais assertiva.[19]

Enquanto vigente, a estratégia KLP teve como objetivo manter a paz e promover o desenvolvimento econômico. Em contraste, a estratégia SFA reflete uma postura proativa da China em moldar seu ambiente externo de maneira favorável, com um foco que se desloca do econômico para a formação de alianças internacionais e a assunção de responsabilidades internacionais[20]. Por um lado, essa postura busca dispersar a ideia de que o país evite assumir estas responsabilidades, e por outro lado, busca legitimar o crescimento Chinês dentro da ordem internacional liberal. Essas políticas foram adotadas como estratégias oficiais, respectivamente, por Deng Xiaoping (KLP) e Xi Jinping (SFA).

Outros autores também tratam — direta ou indiretamente — das duas estratégias descritas. Lampton passa brevemente por ambas, mas sem diretamente tomá-las como objeto de sua discussão.[21] Shiping Tang, por sua vez, trata do assunto de forma mais direta, ao

---

[17]SCHWELLER; PU, **After Unipolarity: China's Visions of International Order in an Era of U.S. Decline.** International Security, Vol. 36, No. 1 (SUMMER 2011), 2011, p. 53. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41289688> Acesso em: 27/04/2022

[18]"*In international relations, dominant states typically want to preserve the status quo and rising states want to change it. But today, it is China that wants to preserve key features of the current world order.*"
Fonte: LAMPTON, **The faces of Chinese power.** p. 117; Foreign Affairs, Vol. 86, No. 1 (Jan. - Feb., 2007)

[19]XUETONG, **From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement.**, p. 155-156, The Chinese Journal of International Politics, 2014, p. 153–184, 2014. DOI: 10.1093/cjip/pou027

[20](ibid. p. 166, 168)

[21]Em seu trabalho *The Faces of Chinese Power* (2007), identifica as variações de posicionamento estratégico da China, embora não se ocupe diretamente deste tema. Referências às estratégias que Xuetong chama de KLP e SFA aparecem, respectivamente, nas páginas 117 e 118 (KLP) e 119 (SFA).

discutir as principais visões disseminadas no debate político interno da China, com respeito ao seu posicionamento internacional. Se refere a ambas estratégias como "modificar pela liderança" e "modificar pela cooperação", respectivamente.[22]

Entretanto, o debate se estende para além da existência de estratégias gerais adotadas pelo governo Chinês. Tang, por exemplo, argumenta que a China adota uma mistura de ambas as estratégias, o que reflete no discurso do próprio presidente Xi Jinping.[23] Isto sugere que a separação temporal proposta por Xuetong não seja tão rígida quanto parece. Além disso, quando observada de perto, a política externa chinesa por vezes pode parecer ir além das estratégias descritas, de forma a tornar possível o surgimento de alguma dificuldade em se capturar a natureza e a direção dos posicionamentos estratégicos da China.

Schweller e Pu, por exemplo, acreditam visualizar no comportamento chinês uma estratégia que denominam de *rightful resistance* (resistência legítima), que significa uma atuação internacional cuidadosa, caracterizada por *permitir a contestação de atores dominantes dentro dos limites legítimos da ordem que integram*. De interesse particular é a afirmação de que: "a estratégia de resistência legítima não providencia informações confiáveis sobre as intenções do estado emergente".[24] Ou seja, segundo esta visão, a China atuaria dentro dos limites razoáveis e em conformidade com a normatividade da ordem liberal internacional, mas em um sentido de contestar e resistir à atuação dos EUA.[25]

Decorre disso que a política externa da China pode parecer caminhar em direções opostas, aceitando o poder americano, ao mesmo tempo em que, de forma sutil, o contesta, gerando assim a percepção de ambiguidade quanto à real postura política da China.

Já alguns autores registram uma dificuldade geral em identificar uma postura clara da China em sua política externa. Como mencionado, seu comportamento por vezes parece gerar a percepção de uma postura propositalmente ambígua. O autor Yongjin Zhang[26] identifica este problema, nomeando-o como *China Anxiety* determinando que esta é uma *inquietação,* que acomete os discursos político e acadêmico dos EUA e, por extensão, das outras potências

---

[22] TANG, Shiping, China and the Future International Order(s), **Ethics & International Affairs**, v. 32, n. 1, p. 31–43, 2018, p. 33–34.
[23]ibid. p .33.
[24] SCHWELLER; PU, 2011, p. 52.
[25] A resistência Chinesa opera através de duas dimensões: os meios pelos quais a China explora a ordem atual, e seu pensamento para além desta ordem. Por um lado, a China pragmaticamente acomoda a hegemonia dos EUA para lidar com a ordem existente, enquanto, por outro lado, contesta a legitimidade dos EUA. [...] Portanto, a China tem trabalhado dentro do atual sistema internacional no sentido de expandir sua economia e aumentar seu status e sua visibilidade como um ator político global, ao mesmo tempo em que evita desafiar diretamente a hegemonia dos EUA. [...] A curto prazo, a China busca uma modificação gradual da *Pax Americana*, e não um desafio direto a esta. Fonte: ibid. tradução nossa
[26]ZHANG, Yongjin; **'China Anxiety': Discourse and Intellectual Challenges.** Development and Change 44(6): 1407–1425, 2013.

ocidentais. O trabalho de Zhang se mostra interessante no sentido de que essa questão é objeto central — e não marginal, como em outros trabalhos aqui citados — de seu trabalho, e por demonstrar que há uma incerteza do Ocidente quanto aos *propósitos* da China. No entanto, sua maior contribuição parece se restringir meramente à *identificação* do problema, pois como veremos a seguir, seu trabalho revela uma certa falta de clareza argumentativa, em particular na discussão acerca dos *propósitos estratégicos* da China, onde Zhang não provê uma explicação clara do porquê de essa incerteza Ocidental existir.

Ao caracterizar o problema central a ser abordado — *China Anxiety* — Zhang afirma que este é causado por: 1) A incerteza ocidental acerca dos *propósitos estratégicos* da China;[27] 2) no mesmo parágrafo, afirma que em um nível mais profundo, esta é causada por uma desorientação intelectual entre acadêmicos e políticos ocidentais;[28] 3) mais adiante, Zhang atribui ao mesmo problema uma terceira causa: o crescimento Chinês não ter sido previsto ou esperado pelo Ocidente (o que deveria, em tese, ser parte de sua explicação para a desorientação intelectual mencionada).[29]

Também se nota, em seguida, que o autor não retoma a questão dos *propósitos estratégicos* mencionados como causa do problema na introdução do artigo, e passa a descrever a desorientação intelectual antes mencionada, atribuindo à esta duas outras causas: 1) a insegurança norte-americana quanto ao ascenso de regimes autoritários dentro da ordem liberal; 2) incerteza norte-americana sobre o futuro da ordem liberal internacional em geral. Quanto a estes dois problemas, tanto Ikenberry quanto Acharya discutem a respeito, e atribuem causas internas à ordem liberal internacional a ambos.[30] Apesar dos problemas delineados, o trabalho de Zhang é importante, pois é preciso ao identificar *um desconforto norte-americano quanto ao posicionamento chinês*, além de ser pioneiro, no sentido que é um dos únicos a tratar exclusivamente desta questão, tentando explicá-la melhor.

---

[27] "No restante deste artigo, três argumentos são desenvolvidos. O primeiro, é de que [...] ansiedades existem e já não são focalizadas no *prospecto*, mas cada vez mais no propósito do ascenso da China ao poder". **Fonte:** ibid. p. 1408, tradução nossa.

[28] ibid.

[29] No primeiro parágrafo da seção *Surprises, paradoxes and contradictions*, Zhang afirma refere-se à existência de "ansiedades mais profundas [...] e discerníveis [...] que concernem o caminho da China para o poder. Isto é, dado as aparentes contradições da política econômica chinesa, como a China conseguiu crescer tão rapidamente?" Fonte: ibidem, p. 1412

[30] Quanto aos posicionamentos de Ikenberry: sobre as democracias, ver Ikenberry, 2018, p. 17-18. Já sobre o futuro da ordem internacional, Ikenberry declara especificamente que: "*The future of this liberal order hinges on the ability of the United States and Europe [...] to lead and support it.* (ibid. p. 22). Acharya classifica os problemas mencionados como internos à ordem, e faz a seguinte afirmação, que contradiz diretamente o argumento de Zhang: *I argue that for now the rising powers are not in a position to overturn the current order completely, and in fact they may wish to preserve some elements of it in the near and medium term. (*Acharya, 2017, p. 272)

Também se deve destacar que a China tem progressivamente adotado um discurso baseado em preceitos filosóficos e morais Chineses, como a boa convivência com os vizinhos[31], além do conceito de *tianxia*, que implica uma visão holística do mundo como uma unidade contínua, onde deve-se buscar a harmonia com outros estados.[32] Assim, a China vem buscando construir uma imagem que represente a nação como uma forma melhor e mais desejável de autoridade internacional, se comparada com os EUA. Como já mencionado, China também tem demonstrado interesse em respeitar a legitimidade dos EUA (embora reivindique seus interesses frente a estes), e em cooperar com os países em desenvolvimento. Ainda assim, a China tem estabelecido mecanismos e instituições internacionais que servem de alternativa aos mecanismos estabelecidos e controlados pelos EUA dentro da ordem internacional. Tais instrumentos parecem refletir uma insatisfação por parte da China com instituições vigentes, assim como podem ter o propósito de projetar os preceitos normativos da China sobre a ordem internacional. Um artigo de destaque sobre o tema foi escrito por Heilmann *et al*, onde denominam essa prática como *shadow foreign policy*. Esta discussão é abordada em detalhes adiante, pois é o tema do capítulo 2. Por agora, basta dizer que através de forma que tem aumentado sua influência sobre a ordem internacional, lentamente desafiando o domínio norte americano.

A seguir, se discutirão os mecanismos institucionais empregados pela China como meio de influenciar e/ou moldar a ordem internacional.

---

[31] Discurso do presidente chinês Xi Jinping na Conferência do 70º Aniversário dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. **Consulado-Geral da República Popular da China em Recife.** 24 de julho de 2024. Disponível em: <https://archive.is/X1ToJ> Acesso em: 10/10/2024

[32] **Tianxia** 天下**.** The China Story Project - Australian Centre on China in the World (CIW) at the College of Asia and the Pacific, Australian National University (ANU). Disponível em: <https://web.archive.org/web/20240714075236/https://www.thechinastory.org/yearbooks/yearbook-2013/forum-politics-and-society/tianxia-%E5%A4%A9%E4%B8%8B/> Acesso em: 10/04/2024

2. A China e as instituições paralelas na ordem internacional

2.1 Como a China se relaciona com as instituições internacionais?

Nas últimas décadas, a China ganhou destaque no cenário político internacional. Seu crescimento econômico, conjugado com o crescimento militar, ajudaram a consolidar esta percepção, mas não são os únicos fatores. Mudanças na forma de conduzir sua diplomacia e a política externa como um todo também foram importantes, como discutido na seção anterior.

Neste sentido, será discutida nessa seção a trajetória das relações mantidas pela China com as instituições internacionais nas últimas décadas. O intento é evidenciar que a China não só tem gradualmente aumentado sua participação nas instituições internacionais, assim como, recentemente, sua atuação tem representado, em certa medida, um desafio a algumas instituições já existentes. Sobre isto, o autor Harry Harding afirma, em seu artigo *China and international institutions*, defende que a atuação Chinesa nas últimas décadas pode ser dividida em três períodos, sendo um primeiro de isolamento quanto às instituições internacionais, um segundo período de rápida integração, e o período atual, no qual a China tem buscado projetar sua influência de forma seletiva e estratégica. Harding divide a duração destes períodos, respectivamente, em: 1949 a 1971, 1971 até cerca de 2000, seguido do período atual.[33]

No primeiro período, o autor afirma que a China se apresentava em isolamento principalmente devido à exclusão proposital do país por parte dos EUA, que buscavam conter o avanço comunista. Harding afirma, no entanto, que "(...) haviam duas ordens internacionais durante a Guerra Fria, uma capitalista e outra Comunista" e que a China estaria "(...) de um modo geral isolada de ambas as ordens internacionais", devido também à uma política de auto-isolamento Chinês. O argumento que tece à seguir é interessante, pois embora afirme que os EUA excluíam a China, esta não se interessava em participar das iniciativas Soviéticas. Isto porque neste período de isolamento "(...) a China era mais parte do Terceiro Mundo do que (...) do mundo capitalista ou Comunista".[34]

Já no segundo período, de 1971 até o início do século 21, a China é vista aumentando sua participação em uma ampla gama de instituições internacionais, em parte devido à percepção norte-americana de que o regime comunista na China viria a se tornar uma realidade permanente, o que levou os EUA a procurarem integrar o país, e em parte pela iniciativa da

---

[33] HARDING, **China and international institutions** IN: **The Institutional Dynamics of China's Great Transformation**, n. p. Routledge, 2010, 1st Edition.
[34] ibid.

própria China de deixar sua posição de auto-isolamento, reconhecendo que a ordem internacional liberal (assim como o capitalismo) não deixaria de existir. Tais iniciativas culminaram na maior participação da China em instituições internacionais.

Já o terceiro período se caracteriza, a princípio, com a maior tomada de responsabilidades internacionais por parte da China – o que segundo Harding, não teria acontecido por livre espontânea vontade, mas que em parte se deve a pressões por parte do presidente George W. Bush. No entanto, assumir maiores responsabilidades também representa uma oportunidade para a China aumentar sua influência e também a percepção de que é um ator legítimo no cenário internacional.

No entanto, Harding destaca que a China não se comporta da maneira esperada pelos EUA. Apesar de um perfil mais ativo e participativo quanto à ordem internacional nos últimos 20 anos, Harding destaca que "(...) a China ainda aborda os problemas internacionais de forma seletiva, focando-se naqueles pelos quais tem um interesse direto".[35]

O ponto seguinte é o de maior interesse para esse capítulo, onde Harding faz a seguinte afirmação: "(...) Beijing tem se tornado seletiva ao identificar as organizações das quais deseja participar mais ativamente, e ao fazer isto, *tem começado a questionar alguns dos componentes organizacionais da ordem internacional atual.*" uma das formas pelas quais tem feito isto sendo o fato de que:

> (...) Beijing também está tentando criar novas organizações, em particular na região Pacífico-asiática, nas quais ocupa o papel de líder e fundadora. (...) A China está propondo a formação de novas organizações que preencham lacunas dentro da estrutura institucional existente, substituindo ou complementando organizações que não estão performando bem, e providencia versões regionais de organizações mais bem-sucedidas, nas quais as vozes asiáticas são vistas como sendo marginalizadas.[36]

Dadas estas considerações, Harding conclui que:

> (...) ao longo das últimas quatro décadas a China tem se tornado altamente integrada em instituições internacionais (...) Por um outro lado, (...) Beijing não está satisfeita com a ordem internacional existente (...) [E agora] está começando a demandar maior influência em algumas instituições, a criar instituições nas quais ocupará o papel de líder, a criticar instituições que considera inefetivas ou anacrônicas, e a apresentar uma visão das normas internacionais diferente daquelas advogadas pelos EUA.[37]

Outro trabalho que corrobora esta visão foi publicado em 2011: elaborado pelos autores Stephen Olson e Clyde Prestowitz para a *U.S - China Economic Security Review*

[35] ibid.
[36] ibid.
[37] ibid.

Commission[38], que se trata de um compilado de 8 estudos de caso que avaliam a atuação da China em diferentes organizações internacionais. Nele, os autores fazem as seguintes afirmações a respeito do prolífico período de surgimento das instituições inerentes à *Pax Americana*:

> No rescaldo da Segunda Guerra Mundial (...), os EUA estavam em posição de imprimir seu selo filosófico em uma panóplia de instituições multilaterais (...) Nas décadas seguintes (…) continuaram a ser altamente eficazes em garantir que novas inclusões [nas instituições internacionais] também refletissem (...) as mesmas filosofias subjacentes[39]

Desta forma, evidencia-se a uma visão semelhante àquela exposta por Hardings (embora de maneira eufêmica): a de que os EUA teriam prevenido a participação de países como a China. Considerando-se a tensão ideológica característica da Guerra Fria, isto é compreensível, visto que a China havia se tornado um país comunista. Mais adiante, também informam pontos de vistas semelhantes ao de Harding quanto à atuação atual da China, quando afirmam que:

> A China não teve um assento à mesa quando as regras da primeira geração de instituições internacionais foram escritas. *Mas a China tem um assento à mesa nos dias de hoje,* e [seu papel] está crescendo. Ela usará seu crescente poder para dar forma – na medida do possível – às regras do jogo. (...) O potencial de um impacto ainda maior está na habilidade da China em direcionar sua influência rumo à novas instituições que podem não ser, necessariamente, fundamentadas sobre os mesmos preceitos filosóficos[40]

Isto se traduz em que a China tem buscado projetar seus padrões normativos e preferências sobre e através de instituições, explicitando que o país percebe cada vez mais como um ator proeminente na ordem internacional. Um ponto interessante trazido pelos autores se refere à significância e validade da participação da China nestas estruturas, quando validam-na, dizendo:

> A China tem demonstrado um posicionamento cada vez mais assertivo e proativo destas organizações. (...) [seu papel] não só dá sustentação aos seus interesses estratégicos, mas frequentemente é construtivo e útil para as organizações das quais participa. Além disso, (...) *a China merece legitimamente seu quinhão de créditos por seu suporte e contribuições*.[41]

Em seguida, os autores denotam, entre outros pontos, que de uma forma geral a participação da China tem incorporado maior assertividade e projetado uma crescente

---

[38] A *U.S.-China Economic and Security Review Commissio*n é uma comissão independente criada pelo Congresso dos Estados Unidos em outubro de 2000. Sua principal função foi monitorar, investigar e relatar anualmente ao Congresso as implicações de segurança nacional da relação econômica e comercial bilateral entre os Estados Unidos e a República Popular da China.

[39] OLSON; PRESTOWITZ, **The Evolving Role of China in International Institutions.** The Economic Strategy Institute**.** 2011. p. 6

[40] ibid. p. 6-7

[41] ibid. p4

influência sobre a ordem internacional[42]. Os autores também abordam brevemente, mas de forma categórica, a questão da ambiguidade observada na política externa Chinesa, dizendo:

> Apesar do crescente papel da China (...) há um impulso contraditório no coração da abordagem chinesa. Um dos fundamentos [de sua] política externa é a primordial supremacia da soberania nacional e o princípio de não envolvimento em "assuntos internos" das nações soberanas. Portanto, frequentemente haverá tensão entre este impulso e o das organizações internacionais (...). A China decidiu há muito tempo que precisa ter um papel ativo nas instituições internacionais. Mas devido aos impulsos contraditórios [mencionados anteriormente] (...) sempre tratará sua participação nestas instituições com certo grau de ambivalência.[43]

Estas afirmações corroboram – direta ou indiretamente – a ideia a ser discutida a seguir, de que a China tem buscado formas de estabelecer *mecanismos alternativos* a alguns já existentes.

Enquanto autores como Harding, Olson e Prestowitz, mencionam a prática chinesa de promoção de instituições de propósito semelhante ou igual ao de instituições ocidentais, há também o trabalho de Heilman et al. se diferencia por classificar este tipo de atividade como uma prática sistemática na política externa chinesa.

Isto tem ocorrido especialmente no caso de instituições financeiras, como é o caso do NDB, a ser estudado mais adiante.

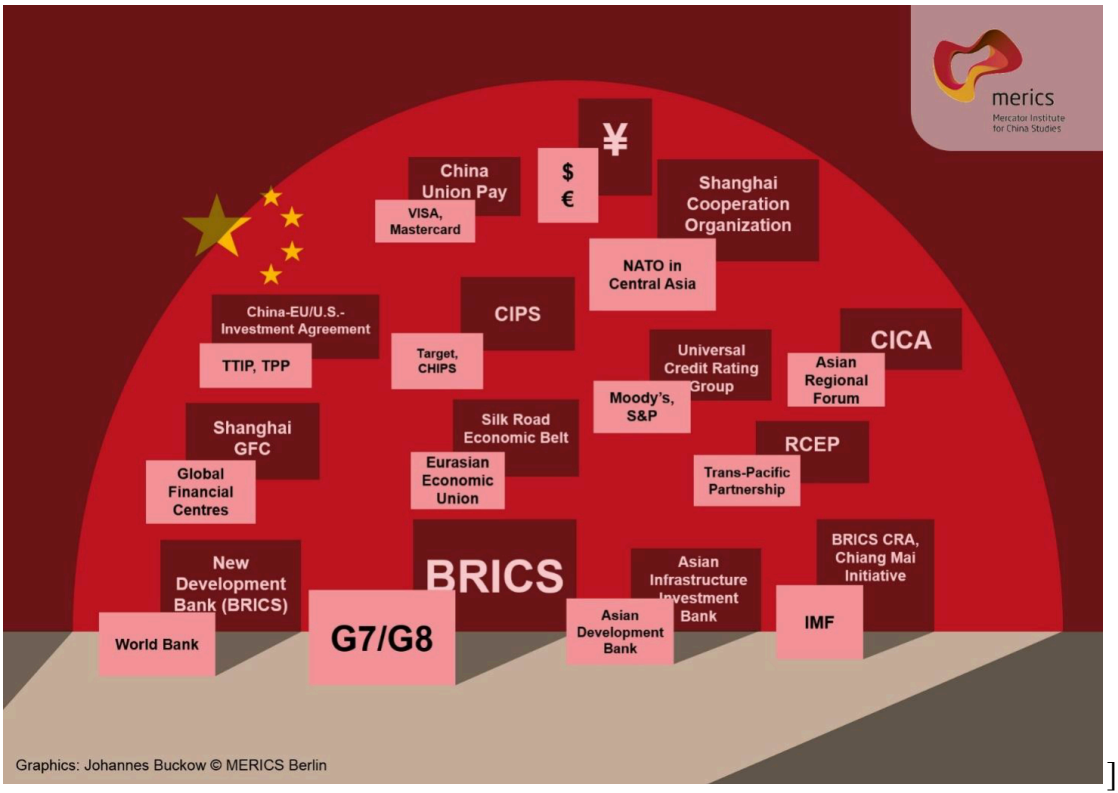
---

[42] ibid. p. 8
[43] ibid. p. 12

2.2 A atuação da China no sistema econômico mundial

Partindo das observações acima, será discutida em maior profundidade a questão das instituições promovidas e/ou financiadas pela China como alternativa ou substitutas para aquelas fundadas durante o período de isol*amento institucional do país. Heilman et al. publicaram em 2014 um artigo intitulado Shadow Foreign Policy: Parallel Structures Challenge the Established International Order*. Os autores denominam como *shadow foreign policy* o que percebem ser uma prática consistente por parte da China, onde esta estabelece instituições ou mecanismos paralelos a outros semelhantes, criados pelo Ocidente. Segundo os autores, o objetivo não é "(...) sair das atuais organizações internacionais e regimes multilaterais. (...) [a China] está construindo canais suplementares – em parte complementares, em parte competitivos – a fim de moldar a ordem internacional para além das reivindicações ocidentais de liderança".[44] Em seguida, o trabalho segue mostrando várias instâncias de instituições e arranjos multilaterais nos quais a China desempenha algum protagonismo, mostrando suas contrapartes fundadas sem a participação da China, como se verifica no infográfico a seguir, retirado do artigo em questão.

Figura 1 - China e as Instituições paralelas



]

Fonte: Heilman *et al.* 2014

[44] Heilman et al., 2014, p. 1, tradução minha

Nota-se que o infográfico coloca o Novo Banco de Desenvolvimento (à esquerda, parte inferior) como instituição alternativa ao Banco Mundial, enquanto que todas as instituições são ilustradas sobre a bandeira chinesa, sugerindo que estas têm o domínio da país sobre elas.

Enquanto outros trabalhos (como os de Harding e de Olson e Prestowitz, citados acima) mencionam a prática chinesa de promoção de instituições de propósito semelhante ou igual ao de instituições ocidentais, o trabalho de Heilman et al. se diferencia por classificar este tipo de atividade como uma prática sistemática na política externa chinesa, categorizando as diversas instituições fundadas ou financiadas pela China ao longo de 6 áreas de interesse: 1) Política financeira e monetária; 2) Comércio e investimentos; 3) Projetos transregionais de infraestrutura; 4) Políticas de segurança; 5) Tecnologia e; 6) Diplomacia. Segundo os autores, com tais políticas a China visa "obter maior autonomia frente aos EUA e a expansão de esfera de influência da China para além da Ásia",[45] atuando de forma a suplementar, e em alguns casos, a competir com as instituições existentes, mas não buscando derrubá-las.

É interessante notar que, na esfera econômica, um dos objetivos da China, segundo o artigo, é o de internacionalizar o uso da moeda chinesa, o Renminbi, o que reduziria a dependência global para com o dólar, além de aumentar o comércio através de outras moedas ao redor do mundo. Embora tenha sido publicado em 2014, este movimento se observa crescente, como mostra a iniciativa do desenvolvimento BRICS Pay, que pretende ser um sistema de pagamento internacional independente do dólar, funcionando como alternativa ao SWIFT.[46]

A visão de que a China usa instituições alternativas para ganhar autonomia em relação ao Ocidente é sustentada também por outros autores. É o que defende James F. Paradise, que trabalha com uma idm chamando-as de "instituições paralelas", e trazendo a seguinte definição para o termo:

> As 'instituições paralelas' podem ser definidas como instituições que desempenham uma função semelhante às que já existem ou estão sendo criadas em temas como liberalização comercial, estabilidade monetária e formulação de políticas macroeconômicas, e que são estabelecidas com uma combinação de objetivos como aumentar a legitimidade, eficácia e controle, ajudando a criar e, possivelmente, a difundir novas normas. Essas instituições não são exatamente iguais àquelas com as quais se assemelham, pois podem (e quase certamente) diferem em termos de seus

[45] ibid. p.3
[46] Sistemas de pagamentos internacionais dos BRICS, moeda comum, e desdolarização. **Grupo de Estudos sobre os BRICS (GEBRICS)**, Universidade de São Paulo. 20 de outubro de 2024. Disponível em: <https://sites.usp.br/gebrics/sistemas-de-pagamentos-internacionais-dos-brics-moeda-comum-e-desdolarizacao/> Acesso em: 20/10/2024

> membros, formalidade, procedimentos de criação de regras e outras características de seu desenho, como o alcance regional ou global e os objetivos que as orientam. Assim, é possível descrever as instituições paralelas como novas instituições, instituições alternativas, instituições emergentes, instituições ascendentes ou até mesmo instituições rivais, sendo que cada termo traz uma nuance diferente. O que essas instituições são alternativas é em relação a instituições com histórias mais longas, como o Banco Mundial, o FMI e a primazia do dólar, ou até mesmo instituições em fase inicial, como a Parceria Transpacífica (Trans-Pacific Partnership/TPP).[47]

De todas as frentes onde a China internacionalmente, Paradise destaca como este tipo de estratégia ganha relevância particular no campo econômico, onde a fundação de instituições como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o próprio Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) ilustra o uso de instituições paralelas para fins como a promoção da internacionalização do Renminbi e o oferecimento de alternativas ao sistema financeiro dominado pelo dólar.

No próximo capítulo, aprofundaremos esse fenômeno com um estudo de caso sobre o NDB, explorando como essa instituição reflete e fortalece a estratégia chinesa de desenvolvimento de instituições paralelas, e de que maneira contribui para uma arquitetura financeira global mais plural.

[47] PARADISE, James F.;. **The Role of "Parallel Institutions" in China's Growing Participation in Global Economic Governance**, p. 150., Journal of Chinese Political Science 2016

3. O NDB representa uma instituição paralela da China?

Origens do BRICS e Contexto Econômico Global

A criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) pelos países do BRICS representa um marco significativo na evolução do sistema financeiro internacional, refletindo as mudanças na economia global, especialmente após a crise financeira de 2008. Para compreender a gênese e o desenvolvimento do NBD, é crucial examinar o contexto histórico e econômico que levou à sua formação, assim como a formação do BRICS.

O termo "BRIC" foi cunhado em 2001 pelo economista Jim O'Neill, do Goldman Sachs, para se referir a Brasil, Rússia, Índia e China como economias emergentes com potencial de crescimento significativo.[48] Inicialmente era apenas um conceito, no entanto o BRIC começou a evoluir para uma cooperação concreta a partir 2006, quando os ministros das Relações Exteriores desses países se reuniram em Nova York, às vésperas do Debate Geral da Assembleia Geral da ONU daquele ano. Neste primeiro encontro, foi decidido que haveriam conferências anuais entre os países.[49]A primeira cúpula oficial dos líderes do BRIC ocorreu em junho de 2009, na Rússia, já no contexto pós-crise de 2008.

Por sua vez, a crise financeira global de 2008 teve um papel crucial no fortalecimento dos BRICs. Entre 2008 e 2010, enquanto os países desenvolvidos tiveram um crescimento médio de apenas 0,1%, os BRICs cresceram em média 5,5%. Esta resiliência econômica evidenciou a necessidade de uma reforma no sistema financeiro internacional e destacou o papel crescente das economias emergentes.[50]

No ano de 2010, a África do Sul foi convidada para entrar no grupo, que a partir da 3ª Cúpula, realizada em 2011, o grupo passou a se chamar BRICS.

---

[48]O'NEILL, Jim, Building Better Global Economic BRICs. **Global Economics: Paper No: 66**, 2001
[49]VI BRICS Summit - Information about BRICS. **Ministério das Relações Exteriores.** Disponível em: <https://web.archive.org/web/20150710163822/http://brics6.itamaraty.gov.br/about-brics/information-about-brics> Acesso em: 14/11/2024
[50]IMF (2010; 2011). *apud* RIBEIRO, E.J.J; MORAES, Rodrigo F. De BRIC a BRICS: Como a África do Sul ingressou em um Clube de Gigantes. p. 259. **Contexto Internacional, Vol. 37, nº 1, jan/abr. 2015**

Evolução das Cúpulas e Criação do NBD

A primeira discussão dos BRICS sobre a possibilidade da fundação de um Banco de Desenvolvimento ocorreu na 4ª Cúpula dos BRICS, realizada em 2012 em Nova Delhi, na Índia, onde foi redigido o documento denominado "Declaração Delhi", que em seu conteúdo contém 50 pontos, alguns dos quais expressam uma clara insatisfação quanto ao funcionamento do FMI, do Banco Mundial e à algumas políticas e posicionamentos destes para com os países em desenvolvimento[51]. O tópico de número 13 declara o nascente interesse dos BRICS em criar a instituição que viria a se tornar o NBD:

> Consideramos a possibilidade de estabelecer um novo Banco de Desenvolvimento para mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento, a fim de complementar os esforços existentes das instituições financeiras multilaterais e regionais para o crescimento e desenvolvimento global. Direcionamos nossos Ministros das Finanças a examinar a exequibilidade e a viabilidade de tal iniciativa, estabelecer um grupo de trabalho conjunto para um estudo mais aprofundado e nos relatar até a próxima Cúpula.[52]

Da cúpula do ano seguinte, 2013, resultou a Declaração eThekwini, que confirma o projeto de fundar o NBD, além de reiterar pontos a respeito da insatisfação dos BRICS com a arquitetura das instituições financeiras e com algumas práticas financeiras dos países desenvolvidos.[53]

No ano de 2014 é assinado o acordo para a criação do NBD, durante a 6ª Cúpula do BRICS, realizada em Fortaleza, sendo dotado inicialmente de um capital subscrito de US$ 50 bilhões, com autorização para chegar a US$ 100 bilhões.[54] Do capital subscrito, cada membro foi responsável por ⅕ do valor (US$ 10 bilhões).[55] O NBD surge, portanto, como oportunidade

---

[51] Tópicos 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, com os quatro últimos (9 a 12) apontando insatisfações específicas com diferenças de tratamento e representação injusta dos países em desenvolvimento no IMF e no Banco Mundial

[52] Fourth BRICS Summit: Delhi Declaration, New Delhi, 29 de março de 2012
Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/120329-delhi-declaration.html> Acesso em: 12/11/2024

[53] Fifth BRICS Summit: eThekwini declaration, Durban, 13 de março de 2013. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/130327-statement.html> Acesso em: 14/11/2024

[54] O novo Banco de Desenvolvimento do BRICS. **Ministério das Relações Exteriores.** 16 de março de 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/politica-externa-comercial-e-economica/agenda-financeira-e-tributaria-internacional/o-novo-banco-de-desenvolvimento-do-brics> Acesso em: 13/11/2024

[55] BRICS Policy Center. NEW DEVELOPMENT BANK (NDB) Fact Sheet, Janeiro de 2018

de fortalecer os países do grupo, e também uma resposta às limitações percebidas nas instituições financeiras multilaterais existentes, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

A importância do NBD para a China

Como abordado anteriormente, a China, por se tratar da 2ª maior economia global é também o país mais proeminente dos BRICS. Seu crescimento acelerado fez com que se tornasse a mais notável das economias emergentes no mundo. No entanto, a estrutura da economia global, com suas instituições fundadas e lideradas pelo ocidente, embora tendo sido integradas na política externa da China, revelou-se incapaz de acomodar os crescentes interesses do país. Após algumas décadas participando ativamente e buscando legitimidade nas instituições lideradas pelo ocidente, a China passa agora a buscar liderança e projeção frente ao sistema financeiro internacional. Este é um dos principais motivos pelos quais a China tem buscado participar e/ou desenvolvimento de projetos como NBD, AIIB, entre outros.[56]

Existem alguns indícios de que a China tenha pressionado outros países membros do banco para que houvessem algumas concessões especiais para a China, como apontados pelo analista econômico espanhol Miguel Iglesias:

> Apesar da forte oposição da Índia e do Brasil, dois outros países emergentes de grande importância, a China conseguiu convencer seus parceiros a localizar a sede do NDB em Xangai. Também promoveu a criação do primeiro centro regional do NDB em Joanesburgo, o que significa que a maior parte do financiamento que não for destinado aos BRICS provavelmente irá para projetos de infraestrutura na África, uma das prioridades de Pequim. Assim, a China tem o potencial de atuar de maneira semelhante aos EUA nas instituições de Bretton Woods sediadas em Washington.[57]

É notável também que dentro dos próprios BRICS, a China é o membro mais interessado em uma expansão da membresia do NBD, motivo pelo qual o país tem buscado ativamente a entrada de outros países no banco,[58] o que por sua vez, reduziria o poder de voto total da China dentro do banco. Portanto, no caso do NBD, não é possível dizer que haja um predomínio Chinês, embora claramente seja do interesse da China que uma instituição do tipo, focada em países emergentes, exista. Esta afirmação se aplicaria com mais propriedade

---

[56] SITHOLE, Mixo. S., HLONGWANE, Nyiko W.; The role of the New Development Bank on Economic growth and Development in the BRICS states, p. 7. **Department of Economics, University of South Africa, South Africa.** 7 de Julho de 2023

[57] IGLESIAS, Miguel O.; The BRICS New Development Bank: a historic game-changer? **Elcano Royal Institute.** 17 Julho 2014 Disponível em :<https://archive.is/ywJEX> Acesso em: 11/11/2024

[58] JIEJIN, Zhu. Why China Supports NDB Membership Expansion. **Global Policy Journal, Durham University.** 16 de maio de 2022. Disponível em: <https://archive.is/cp6Q2> Acesso em: 14/11/2024

ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII)— banco de desenvolvimento cuja criação foi liderada pela China. Nele a China tem participação majoritária no capital e no poder de voto do banco, além de deter o poder de veto sobre as decisões.[59]

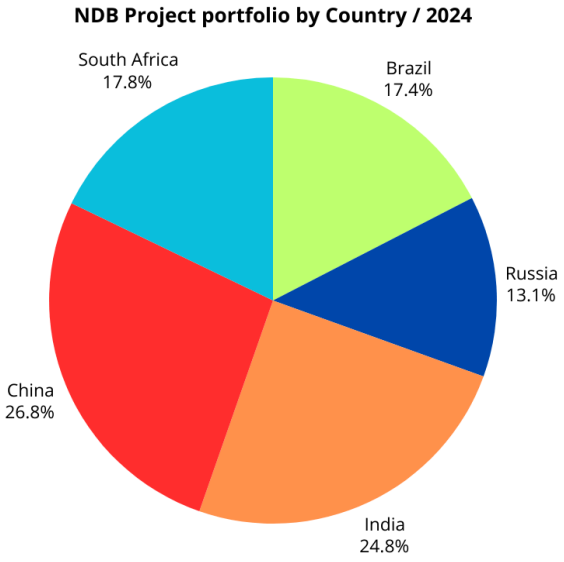
Propósito, estrutura e funcionamento do NBD

No acordo de fundação do banco, é declarado que seu propósito é:

> Mobilizar recursos para "projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países do BRICS e em outros países em desenvolvimento, além de [promover] esforços já existentes de instituições financeiras regionais e multilaterais visando o crescimento e o desenvolvimento global.[60]

Sua estrutura garante que países não membros do BRICS ou da constituição inicial do banco possam solicitar membresia, desde que sejam membros das Nações Unidas.[61] Atualmente, o banco conta com 96 projetos aprovados, totalizando US$ 32,8 bilhões de dólares, sendo que 81% deste valor (cerca de US$ 26 bilhões) foi destinado para a categoria identificada pelo banco como "soberano", ou seja, por um dos Estados membros, sendo o restante destinado à iniciativa privada. ⅓ do valor total aprovado será aplicado a projetos de infraestrutura.[62] Do valor comprometido, 50% foi concedido à China e à Índia.

Figura 2 - Desembolsos do NBD por país (2023)

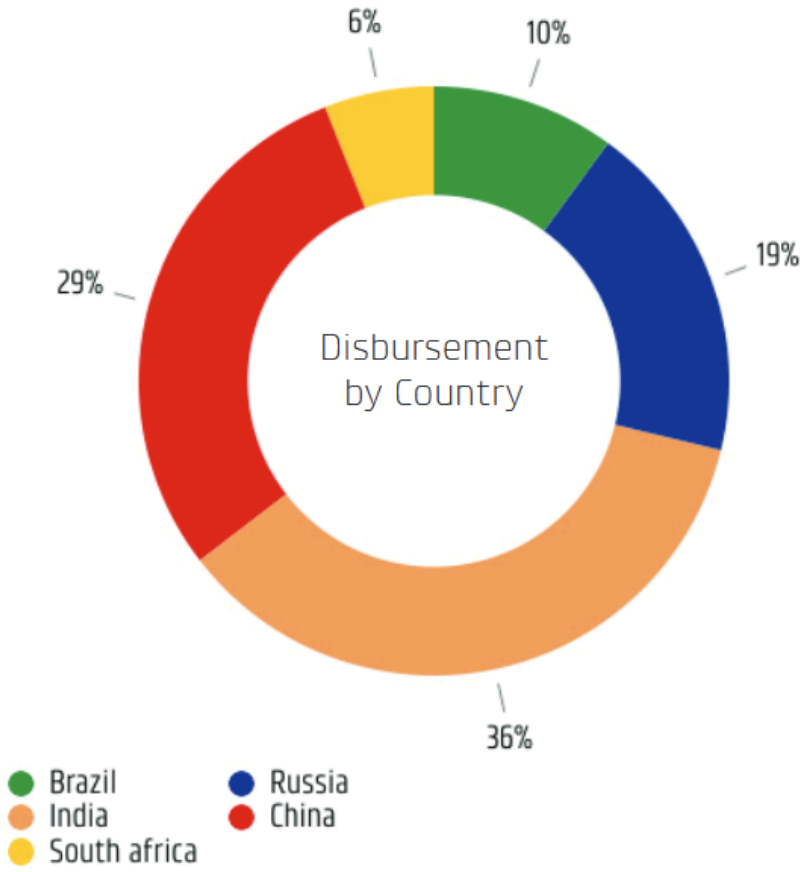


Fonte: NBD

[59] JUNIOR, Paulo N. B. Brics – Novo Banco de Desenvolvimento. p. 183. **ESTUDOS AVANÇADOS 30 (88), 2016**; USP, São Paulo. DOI: 10.1590/S0103-40142016.30880013; Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/tgkMkRXzKJqQ7P8b3LMj57L/?lang=pt> Acesso em: 13/11/2024
[60] BRICS Policy Center, 2018
[61] Agreement on the New Development Bank - Fortaleza, 2015
[62] New Development Bank - Projects. Disponível em <https://www.ndb.int/projects/>

Em 2016, ambos os países eram responsáveis por 65% do montante:

Figura 3 - Desembolsos do NBD por país (2016)



Fonte: BRICS Policy Center - NDB Fact Sheet

Em 2021, os houve a primeira expansão do NBD, com a entrada de Bangladesh e dos Emirados Unidos Árabes, seguidos pelo Egito em 2023, e atualmente o Uruguai aguarda aprovação para aceder ao grupo, com vários projetos de Bangladesh e do Egito tendo sido neste ano [2024].

Apesar de o NBD disponibilizar dados como projetos autorizados, moeda utilizada e valor em dinheiro do empréstimo, além de estatísticas como comprimento de estradas construídas (em quilômetros) e quantidade de energia gerada por projetos financiados pelo banco[63], por exemplo, ainda não apresenta nenhum estudo que demonstre os impactos sociais e econômicos sobre as regiões onde foram aplicados os recursos provenientes do banco. Ademais, é fato que o banco encontra-se ainda em sua infância e que ainda são poucos os seus membros. Muito do capital demonstrado na página de projetos do banco consta como

[63] New Development Bank. All Projects. Disponível em:<https://www.ndb.int/projects/all-projects/> Acesso em: 13/11/2024

"autorizado", sem fornecer muitas informações complementares, com a maioria dos projetos tendo a data de autorização bastante recente. Portanto, é plausível considerar que análises e estudos detalhados sobre os impactos dos financiamentos do NBD ainda levarão algum tempo para surgir.

Quanto ao modelo de governança adotado pelo Banco, verifica-se que decisões são tomadas por maioria simples, e que nenhum membro tem poder de veto. Como o poder de voto dentro do banco é equivalente à quantidade de ativos possuída por cada país, o fato de que cada país fundador aplicou 20% do capital inicial significa que eles têm poder de voto igual.[64] Há também a rotação da presidência do Banco, que dura 5 anos e passa sequencialmente entre os membros fundadores, de forma que eleito pode nomear um presidente, e depois somente após 20 anos poderá presidir o Banco novamente. A ordem de rotação presidencial foi definida na fundação do banco. Tal modelo foi adotado com a intenção de se afastar do modelo adotado pelo FMI e pelo Banco Mundial (além de outras instituições ocidentais), percebidas pelos BRICS como instituições cuja representação dos países emergentes é injusta.[65]

Além disso, o acordo de fundação do NBD prevê que: 1) O poder de voto dos membros fundadores não pode ser reduzido para menos que 55% do total; 2) A soma poder de voto de membros que não tenham contraído empréstimos não pode ser maior que 20% do poder de voto total; 3) Nenhum membro não fundador pode deter poder de voto maior que 7% do total. Ou seja, há ainda uma distinção clara entre o poder dos membros fundadores e não fundadores, embora haja um processo menos burocrático e sem o sistema de pesos adotado pelo FMI, por exemplo.

Por sua vez, o sistema de votos igualitários tem causado atritos entre os membros, principalmente entre a China e a Índia. Tal sistema foi estabelecido com a intenção de afastar a ideia de que o Banco promoveria uma representação injusta de seus membros (que como vimos, é uma das críticas feitas pelos BRICS ao FMI e ao Banco Mundial), no entanto, repetidos embates entre a China e a Índia, incluindo conflitos armados em suas fronteiras e a oposição da Índia à expansão do grupo, têm causado insatisfação na China, principalmente devido ao fato de que a Índia tomado amplas somas de dinheiro emprestado do Banco, o que por sua vez tem gerado um debate a nível nacional na China a respeito, onde políticos e

[64] JUNIOR, Paulo N. B. 2016, p. 182
[65] ibid.

estrategistas argumentam que a China deveria deixar de apoiar a Índia dentro do NBD, visto que ela se demonstra abertamente hostil aos propósitos Chineses.[66]

Segundo Zhu Jiejin, professor de Relações Internacionais na universidade de Shanghai, estas seriam algumas das razões pelas quais a China busca a expansão da membresia do NBD, pois um maior número de membros ajudaria a contrabalancear o "peso" da China dentro e a diluir os conflitos entre os BRICS dentro do Banco. Isso porque ao longo dos anos desde sua fundação, segundo o autor, a China teria notado que conflitos entre os BRICS, embora externos aos assuntos do Banco, refletem diretamente na tomada de decisão e relacionamento interno. Isto teria efeitos negativos inclusive nas avaliação de créditos e na confiança global para com o Banco, o que foi sentido por exemplo, quando a Rússia invadiu a Ucrânia. A China acredita que a participação de países de fora dos BRICS ajudaria a estabilizar a instituição e a reduzir impactos geopolíticos que possam gerar volatilidade financeira no Banco.[67]

Todos esses pontos mostram que de um modo geral, a arquitetura do Novo Banco de Desenvolvimento busca um sistema igualitário e democrático, e que a China não possui um domínio factual sobre as políticas e a governança do banco. Ainda assim, é comum ver um certo viés acadêmico nas publicações sobre o assunto, como mostra o infográfico da Figura 1 , que sugere que o NBD como uma instituição chinesa, além citações como esta:

> Com um PIB de US$9,2 trilhões, uma vez e meia o PIB combinado do Brasil (US$2,2 trilhões), Rússia (US$2,1 trilhões), Índia (US$1,8 trilhões) e África do Sul (US$350 bilhões), a China terá *de facto* um poder de veto na maioria das decisões-chave do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), embora os poderes de votação sejam teoricamente iguais, já que todos os cinco membros contribuirão com US$10 bilhões para o capital subscrito inicial do banco, que é de US$50 bilhões.[68]

Banco Mundial

Fundado em 1944 durante a Conferência de Bretton Woods, o Banco Mundial surgiu com a missão de promover a reconstrução da Europa pós-Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, se expandiu para financiar projetos de desenvolvimento em países em desenvolvimento. Composto por duas principais instituições — o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) — o BIRD fornece empréstimos, assistência técnica e consultoria. O BIRD é composto por 189 países membros, com uma estrutura de governança que reflete a distribuição do poder econômico global. Os votos são proporcionais à contribuição financeira

[66] JIEJIN, Zhu, 2022
[67] ibid.
[68] IGLESIAS, Miguel O., 2014

dos países, resultando em uma predominância dos países desenvolvidos nas decisões da instituição Essa estrutura tem gerado críticas sobre a falta de representatividade dos interesses dos países em desenvolvimento.[69]

Devido a sua estrutura e governança, com os direitos de voto sendo desiguais, a tomada de decisão favorece os membros não mutuários[70]. Para que uma decisão seja aprovada, requer-se um percentual de 85% dos votos, com uma participação total dos votos que claramente favorece os membros desenvolvidos, com os Estados Unidos detendo 16.6% dos votos, detendo assim o poder de veto. Por comparação, os 7 maiores membros mutuários detém juntos 16.8% dos votos, enquanto os 50 países seguintes juntos detém 16.6% dos votos. Os países não mutuários detém ao todo cerca de 49% dos votos.[71]

Além disso, o processo de solicitação de empréstimos e, de um modo geral, toda a estrutura de tomada de decisões e governança do banco é considerada muito burocrática e complexa. Por um outro lado, o banco tem décadas de experiência, sendo uma das primeiras instituições financeiras globais, contando com maior confiança e alta qualificação das agências de *rating*. Além disso, o capital subscrito é mais de 5 vezes maior que o do Novo Banco de Desenvolvimento, estando em torno de US$280 bilhões.[72]

Comparação entre o Novo Banco de Desenvolvimento e o Banco Mundial

Dadas as observações anteriores, é possível fazer uma breve comparação entre os principais.

Vantagens do Novo Banco de Desenvolvimento

1. Governança Equitativa: Como demonstrado anteriormente, a estrutura de governança do NBD permite uma maior participação dos países emergentes nas decisões financeiras, promovendo uma agenda que atende melhor às suas necessidades.
2. Processos decisórios ágil: O NBD tem sido elogiado por sua capacidade de aprovar projetos rapidamente, reduzindo a burocracia frequentemente associada ao Banco Mundial.[73]

---

[69]COSTA, Carlos E. L. **Considerações sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)**. Brasília, DF : Ipea, out. 2023. 31 p. 11 : il. (Texto para Discussão, n. 2939). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ td2939-port>

[70] São estes: Estados Unidos, Alemanha, Japão, Reino Unido, França, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Suíça, Noruega, Suécia, Países Baixos (Holanda), Áustria, Dinamarca, Finlândia e Cingapura

[71] LONGMAN, Ashley Richard, **Competitor or Substitute? The New Development Bank BRICS's role as an alternative to the World Bank.** p. 46. Master Thesis. Erasmus University Rotterdam, 26 de Julho de 2016

[72] COSTA, Carlos E. L.

[73] SOUZA, Rodrigo O. F. NOVO **BANCO DE DESENVOLVIMENTO: A BUSCA PELA CONSTRUÇÃO DE UMA ARQUITETURA FINANCEIRA CONJUNTA DO BRICS**. p. 97-103. Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2021.

3. Financiamento Flexível: O banco oferece condições mais flexíveis para os empréstimos, adaptando-se às realidades econômicas dos países tomadores.[74]
4. Foco em Sustentabilidade: O NBD prioriza projetos que promovem o desenvolvimento sustentável e a infraestrutura verde, alinhando-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.[75]

Desvantagens do Novo Banco de Desenvolvimento

1. Capacidade Financeira Limitada: O capital inicial do NBD é significativamente menor que o do BIRD, limitando sua capacidade para financiar grandes projetos.
2. Influência da China: A influência da China no NBD é substancial, levantando preocupações sobre a possibilidade de que os interesses chineses sejam priorizados em detrimento dos outros membros. Pode-se até mesmo afirmar que devido ao poder econômico Chinês, o arranjo atual do NBD não seria de fato igualitário.[76]
3. Falta de Experiência: Como uma instituição relativamente nova, o NBD ainda está construindo sua reputação e experiência operacional comparada ao BIRD.

Vantagens do Banco Mundial

1. Recursos Financeiros Amplos: O BIRD possui um capital robusto e acesso a mercados financeiros globais, permitindo-lhe financiar grandes projetos com maior facilidade.
2. Experiência Consolidada: Com décadas de atuação no campo do desenvolvimento internacional, o BIRD tem um histórico comprovado na implementação eficaz de projetos.[77]
3. Rede Global: O BIRD possui parcerias com diversas organizações internacionais e governos que facilitam a execução e monitoramento dos projetos financiados[78].

---

[74] ibid. p. 104, 113.

[75] O compromisso com o desenvolvimento sustentável aparece no já citado acordo de fundação do Banco, aparecendo diversas vezes ao longo do texto.

[76] Levando em conta a superioridade econômica da China com relação a todos os outros membros, e especialmente com relação à África do Sul, é inevitável que a divisão igualitária do capital do NBD implique uma distribuição desigual do peso relativo do aporte de capital sobre cada economia. Em outras palavras, a contribuição de US$ 10 bilhões exige um esforço muito maior do governo da África do Sul do que do governo chinês. A total igualdade entre direitos de voto e parcela do capital subscrito poderia ser considerada um arranjo de governança equitativo se todos os países tivessem capacidades econômicas semelhantes. Como este não é o caso, talvez fosse mais adequado, em termos de equidade, tratar desigualmente os desiguais. **Fonte**: MILAN, Marcelo; PEREIRA, Rafael A. A.; **O Financiamento do Desenvolvimento e o Novo Banco do BRICS: Uma alternativa ao Banco Mundial?** p. 17-18 n. 51 (2018): PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS - PPP. IPEA, 2021

[77] ibid. p. 21-26

[78] ibid.

Desvantagens do Banco Mundial

1. Burocracia Excessiva: O processo para aprovação de projetos no BIRD é frequentemente criticado por ser lento e complicado devido à sua estrutura complexa.[79]
2. Governança Dominada pelo Norte Global: A estrutura de votação favorece os países desenvolvidos, levando à marginalização das vozes dos países em desenvolvimento nas decisões importantes, como já mencionado nos capítulos anteriores.
3. Condicionalidades Rigorosas: Os empréstimos do BIRD frequentemente vêm acompanhados de condições rigorosas que podem não se alinhar com as prioridades locais dos países tomadores.[80]

Comparação Direta entre NBD e BIRD

Tabela 1: Comparação entre NBD e Banco Mundial

Aspecto	Novo Banco de Desenvolvimento	Banco Mundial
Governança	Igualitária entre os membros	Dominada por países desenvolvidos
Processo Decisório	Ágil e menos burocrático	Lento e burocrático
Capacidade Financeira	Limitada	Ampla
Foco em Sustentabilidade	Alto	Moderado

[79] WEAVER; LEITERITZ. **"Our Poverty is a World of Dreams:" Reforming the World Bank**. p. 369-370, 372, 374. Global Governance 11 (2005), 369-388

[80] **What are the main criticisms of the World Bank and the IMF?** Bretton Woods Project. 4 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.brettonwoodsproject.org/2019/06/what-are-the-main-criticisms-of-the-world-bank-and-the-imf/> Acesso em: 14/11/2024

Experiência Operacional	Relativamente nova	Consolidada
Condicionalidades	Menos rigorosas	Rigorosas

Fonte: MILAN e PEREIRA, 2017

Implicações na Ordem Internacional

A ascensão do NBD representa uma mudança significativa na dinâmica das finanças internacionais. Ao oferecer uma alternativa ao BIRD, o NBD desafia a hegemonia das instituições financeiras tradicionais dominadas pelo Ocidente. Isso reflete um movimento mais amplo em direção à multipolaridade na ordem mundial, onde os países emergentes buscam maior autonomia e representação nas decisões globais.

Além disso, o NBD pode incentivar outras iniciativas semelhantes por parte de grupos regionais ou nacionais que desejam estabelecer mecanismos financeiros independentes que atendam melhor às suas necessidades específicas. Essa tendência pode resultar em um sistema financeiro global mais diversificado e equilibrado.

O que observa-se, portanto, é que o NBD representa um marco rumo à reforma do sistema financeiro global. O impacto da Crise Financeira de 2008 nos países desenvolvidos, conjuntamente com a inesperada resiliência de economias emergentes como o Brasil e a China mostraram que arquitetura financeira fundada em Bretton Woods talvez não fosse a melhor opção. Assim, foi fundado o BRICS, passo fundamental para surgimento desta nova instituição.

Os prospectos para o Novo Banco de Desenvolvimento parecem positivos, de forma que já tem atraído novos membros e possivelmente inspirará novos empreendimentos com o objetivo de melhorar a arquitetura financeira global.

Conclusão

Este estudo buscou investigar o papel da China na criação e utilização de mecanismos institucionais paralelos, usando o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) como estudo de caso. A hipótese inicial de que o NDB foi criado pela China como uma alternativa direta ao Banco Mundial não foi confirmada pela pesquisa realizada

Contrariamente à hipótese inicial, verificou-se que a estrutura de governança do NDB foi projetada para garantir equidade entre os membros fundadores, impossibilitando o domínio de um único país. Também verificou-se que a iniciativa de criação do NDB partiu da Índia, e não da China, tendo a materialização da proposta sido uma iniciativa conjunta dos países BRICS, com participação igualitária, e não uma criação unilateral da China.

Verificou-se ainda que a China tem ativamente incentivado a expansão do quadro de membros do NBD, o que diluirá o poder de voto individual dos membros fundadores. Recentemente houve a primeira expansão dos membros do banco, com a entrada do Egito e dos Emirados Árabes Unidos, enquanto que a aprovação do Uruguai está em andamento.

Apesar dessas descobertas, é importante notar que o NDB efetivamente funciona como uma instituição paralela ao Banco Mundial, conforme evidenciado em seus documentos fundacionais, que apontam insatisfações com a estrutura financeira global e com as instituições financeiras ocidentais (FMI e Banco Mundial) quando da discussão da proposta de criação do banco. Sendo assim, já era um propósito fundacional do banco servir como alternativa às instituições existentes à época. Esta realidade alinha-se com o objetivo Chinês de criar instituições que possam oferecer alternativas às estruturas financeiras globais existentes. Portanto, ainda que a China não tenha sido a força motriz exclusiva por trás da criação do NDB, ela certamente se beneficia da existência desta instituição paralela. O banco serve como um instrumento para ampliar a influência chinesa no cenário financeiro global, promovendo uma ordem internacional mais multipolar. Além disso, o NDB proporciona à China uma plataforma adicional para exercer soft power e fortalecer laços econômicos com outros países emergentes e em desenvolvimento.[81]

As observações anteriores não significam, no entanto, que a China não pratique a política de estabelecimento de instituições paralelas. Como se verificou através da revisão bibliográfica, uma ampla gama de autores, alguns ocidentais, outros chineses, identificam que de fato a China tem praticado este tipo de política; não só a China funda instituições

[81] MANTOAN, Eduardo. **A China na Nova Arquitetura Financeira Global: Contestação e Experimentações Institucionais.** p. 18. 20º Seminário de Diamantina. UFMG. 19 a 23 de Agosto de 2024.

alternativas às criadas pelo tradicionais, como também financia e lidera a formulação das regras e da governança dentro das mesmas. Ainda assim, a China tem participado das instituições tradicionais de forma ativa, cooperando e demonstrando ser um membro responsável dentro das mesmas.

Em suma, a pesquisa desvendou um panorama mais intrincado do papel da China no contexto de instituições financeiras alternativas. Embora não tenha sido a principal força propulsora por trás da criação do NDB, a China aproveita a existência do banco como uma oportunidade estratégica para fortalecer sua posição no cenário global. O NDB demonstra que iniciativas conjuntas entre economias emergentes podem servir como ferramentas eficazes para desafiar a hegemonia de estruturas financeiras tradicionais, contribuindo para um sistema internacional mais equilibrado, trazendo uma abordagem colaborativa entre economias emergentes para desafiar e complementar as estruturas financeiras globais existentes, com a China desempenhando um papel significativo, embora não exclusivo, neste processo. A China continua, no entanto, buscando fortalecer sua posição global com uma forte participação nas instituições tradicionais, assim como em instituições paralelas, sendo ela a responsável pela sua criação ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARYA, Amitav, **After Liberal Hegemony: The Advent of a Multiplex World Order, Ethics & International Affairs**, 2017/09/08. ed. v. 31, n. 3, p. 271–285, 2017

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações.* p. 153. Editora Universidade de Brasília, 2002.

BRICS - Agreement on the New Development Bank - Fortaleza, 2015

BRICS Policy Center. *NEW DEVELOPMENT BANK (NDB) Fact Sheet,* Janeiro de 2018.

BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica: Um estudo da ordem na política mundial.* Editora Universidade de Brasília, São Paulo, 2002

COSTA, Carlos E. L. *Considerações sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD).* Brasília, DF: Ipea, out. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2939-port>

Discurso do presidente chinês Xi Jinping na Conferência do 70º Aniversário dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. Consulado-Geral da República Popular da China em Recife, 24 de julho de 2024. Disponível em:< https://archive.is/X1ToJ>. Acesso em: 10/10/2024.

Fourth BRICS Summit: Delhi Declaration, New Delhi, 29 de março de 2012. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/120329-delhi-declaration.html>. Acesso em: 12/11/2024.

Fifth BRICS Summit: eThekwini declaration, Durban, 13 de março de 2013. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/130327-statement.html> Acesso em: 14/11/2024.

HARDING, Harry. *China and international institutions IN: The Institutional Dynamics of China's Great Transformation,* 1st Edition, Routledge, 2010.

HEILMANN, Sebastian; RUDOLF, Moritz; HUOTARI, Mikko; BUCKOW, Johannes. *China's Shadow Foreign Policy: Parallel Structures Challenge the Established International Order.* China Monitor, n. 18, 28 out. 2014

IGLESIAS, Miguel O. *The BRICS New Development Bank: a historic game-changer?* Elcano Royal Institute, 17 jul. 2014. Disponível em: https://archive.is/ywJEX. Acesso em: 11/11/2024.

IKENBERRY, G. John. *The end of liberal international order?* International Affairs, v. 94, n. 1, 2018

IKENBERRY. *Liberal Leviathan*, 2011.

IKENBERRY. *Power, order, and change in World Politics,* 2014

IMF (2010; 2011). apud RIBEIRO, E.J.J; MORAES, Rodrigo F. *De BRIC a BRICS: Como a África do Sul ingressou em um Clube de Gigantes.* Contexto Internacional, v. 37, n. 1, jan./abr. 2015.

JIEJIN, Zhu. *Why China Supports NDB Membership Expansion.* Global Policy Journal, Durham University, 16 mai. 2022. Disponível em: https://archive.is/cp6Q2. Acesso em: 14/11/2024.

JUNIOR, Paulo N. B. *Brics – Novo Banco de Desenvolvimento.* Estudos Avançados, v. 30, n. 88, 2016. DOI: 10.1590/S0103-40142016.30880013.

KUPCHAN, Charles A. *The Normative Foundations of Hegemony and The Coming Challenge to Pax Americana,* 2014

LAMPTON. *The Faces of Chinese Power.* Foreign Affairs, v. 86, n. 1, jan.-fev. 2007

LONGMAN, Ashley Richard. *Competitor or Substitute? The New Development Bank BRICS's role as an alternative to the World Bank.* Master Thesis, Erasmus University Rotterdam, 26 jul. 2016

MANTOAN, Eduardo. *A China na Nova Arquitetura Financeira Global: Contestação e Experimentações Institucionais.* 20º Seminário de Diamantina, UFMG, 19 a 23 ago. 2024.

MILAN, Marcelo; PEREIRA, Rafael A. A. *O Financiamento do Desenvolvimento e o Novo Banco do BRICS: Uma alternativa ao Banco Mundial?* IPEA, 2021.

MINGST, Karen. *Essentials of International Relations,* 2nd ed., 2001

New Development Bank. *All Projects.* Disponível em: <https://www.ndb.int/projects/all-projects/>. Acesso em: 13/11/2024.

New Development Bank - Projects. Disponível em: <https://www.ndb.int/projects/> Acesso em: 13/11/2024.

O'NEILL, Jim. *Building Better Global Economic BRICs.* Global Economics: Paper No. 66, 2001.

OLSON; PRESTOWITZ. *The Evolving Role of China in International Institutions.* Economic Strategy Institute, 2011

Paradise, James F. *The Role of "Parallel Institutions" in China's Growing Participation in Global Economic Governance.* Journal of Chinese Political Science, 2016

SCHWELLER; PU. *After Unipolarity: China's Visions of International Order in an Era of U.S. Decline.* International Security, v. 36, n. 1, verão 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41289688>. Acesso em: 27/04/2022.

SITHOLE, Mixo S.; HLONGWANE, Nyiko W. *The role of the New Development Bank on Economic growth and Development in the BRICS states.* Department of Economics, University of South Africa, 7 jul. 2023.

Sistemas de pagamentos internacionais dos BRICS, moeda comum, e desdolarização. Grupo de Estudos sobre os BRICS (GEBRICS), USP, 20 out. 2024. Disponível em: <https://sites.usp.br/gebrics/sistemas-de-pagamentos-internacionais-dos-brics-moeda-comum-e-desdolarizacao/> Acesso em: <20/10/2024>

SOUZA, Rodrigo O. F. *Novo Banco de Desenvolvimento: A Busca pela Construção de uma Arquitetura Financeira Conjunta do BRICS.* Universidade Estadual da Paraíba, 2021.

TANG, Shiping. *China and the Future International Order(s).* Ethics & International Affairs, v. 32, n. 1, 2018

Tianxia 天下. *The China Story Project - Australian Centre on China in the World (CIW) at the College of Asia and the Pacific, Australian National University (ANU).* Disponível em: <https://web.archive.org/web/20240714075236/https://www.thechinastory.org/yearbooks/yearbook-2013/forum-politics-and-society/tianxia-%E5%A4%A9%E4%B8%8B/>. Acesso em: 10/04/2024.

VI BRICS Summit - Information about BRICS. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: https://web.archive.org/web/20150710163822/http://brics6.itamaraty.gov.br/about-brics/information-about-brics. Acesso em: 14/11/2024.

WEAVER; LEITERITZ. *"Our Poverty is a World of Dreams:" Reforming the World Bank.* Global Governance, v. 11, 2005, p. 369–388.

What are the main criticisms of the World Bank and the IMF? Bretton Woods Project, 4 jun. 2019. Disponível em: <https://www.brettonwoodsproject.org/2019/06/what-are-the-main-criticisms-of-the-world-bank-and-the-imf/> Acesso em: 14/11/2024.